

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Dispõe sobre o exercício da
profissão de cerimonialista.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o exercício da
profissão de cerimonialista.

Art. 2º São atividades e atribuições do
cerimonialista:

I - planejamento, pesquisa, administração,
coordenação e execução de projetos de cerimonial;

II - elaboração de orçamentos e definições
operacionais e funcionais de projetos de cerimonial;

III - estudos de viabilidade técnica e financeira
para implantação de projetos e de programas de cerimonial;

IV - fiscalização e controle da atividade de
cerimonial;

V - suporte técnico e consultoria em cerimonial;

VI - estudos, análises, avaliações, vistorias,
pareceres, perícias e auditorias de projetos e de programas
de cerimonial;

VII - ensino, pesquisa, experimentação e divulgação
de novos instrumentos, de normas e de procedimentos;

VIII - qualquer outra atividade que, por sua
natureza, insira-se no âmbito da sua profissão.

Art. 3º É assegurado ao cerimonialista responsável
por plano, por projeto ou por programa o direito de
acompanhar sua execução e implantação, para garantir a
realização conforme as condições, as especificações e os
detalhes técnicos estabelecidos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 4º A jornada de trabalho do cerimonialista não excederá a 40 (quarenta) horas semanais, facultadas a compensação de horários e a redução de jornada mediante convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

